

DA CIDADE PLANEJADA ÀS ESPACIALIDADES IRREQUIETAS: SUBVERSÃO E APROPRIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAIS EM BELO HORIZONTE, MG

Ulysses da Cunha Baggio*

RESUMO:

Este artigo se propõe a analisar, de forma resumida, a formação da cidade planejada de Belo Horizonte, mais especificamente de sua transformação sob a lógica do Estado e do mercado, movimento que também recobre, dialeticamente, processos de apropriação social do espaço, resistências e permanências.

PALAVRAS-CHAVE:

Cidade planejada; Belo Horizonte; Subversão espacial; Apropriação; Polarização espacial.

ABSTRACT:

This article aims to examine, in summary form, the formation of the planned city of Belo Horizonte, more specifically of its transformation under the logic of the State and the market, movement that also recovers, dialectically, processes of social appropriation of the space, resistances and stays.

KEY WORDS:

Planned city; Belo Horizonte; Space subversion; Appropriation; Space polarization.

Introdução

Propomos-nos aqui a analisar o processo de transformação da cidade planejada moderna pela dinâmica social, sob a lógica do mercado e do valor de troca, movimento que recobre processos de apropriação social do espaço, práticas sócio-espaciais de caráter reativo e permanências. O que nos conduziu a sopesar as possibilidades e os limites do uso do espaço no embate permanente entre valor de troca e valor de uso. O caso em tela é a cidade de Belo Horizonte, sob a perspectiva das contradições de sua dinâmica evolutiva.

Postula-se que práticas de insurgência sócio-espacial emergem no universo mais amplo da produção ampliada e contraditória da cidade, mais especificamente no âmbito duro de situações-limite à reprodução social estabelecidos pela proeminência espaço-

temporal do valor de troca e do mundo da mercadoria, sendo tal imposição relativa, e não absoluta.

A perspectiva que se abre é a de uma geografia em movimento, sob os influxos entre a propriedade e a apropriação; apropriação esta que envolve o uso habitual pelo qual o espaço, na sua expressão local, se insere num circuito relacional mais imediato e próximo do usuário, tornando-se uma espécie de extensão do seu espaço residencial mais particular, que é a casa. O que vale dizer que a apropriação se inscreve no universo da moradia, portanto na ambiência urbana.

O conflito, ou o caráter antitético entre valor de troca e valor de uso é inseparável da mercadoria, logo do próprio espaço, que é aqui entendido na perspectiva lefebvriana, isto é, espaço como uso do tempo. Para além de uma

*Doutor em Geografia pela FFLCH/USP e professor do Departamento de Geografia da UFV. E-mail: ulybaggio@ufv.br

expressão mental, lógica, apresentada por Marx em "O Capital", esse conflito se potencializa com o desenvolvimento do mundo da mercadoria como um conflito social, integrando-se, assim, ao mundo sensível e prático. Segundo Lefebvre (1999: 135-136),

Esse "mundo da mercadoria" tem sua lógica, sua linguagem, que o discurso teórico encontra e "compreende" (dissipando conseqüentemente suas ilusões). Tendo sua coerência interna, esse mundo quer espontaneamente (automaticamente) se desenvolver sem limites; e pode fazê-lo. Ele se estende ao mundo inteiro; é o mercado mundial. Tudo se vende e se compra, se avalia em dinheiro. Todas as funções e estruturas, por ele engendradas, entram nesse mundo e sustentam-no. No entanto, esse mundo não chega a se fechar. Sua coerência tem limites; suas pretensões decepcionarão aqueles que apostam na troca e no valor de troca como absoluto. Com efeito, uma mercadoria escapa ao mundo da mercadoria: o trabalho, ou antes, o tempo de trabalho do trabalhador (proletário). Ele vende seu tempo de trabalho e continua, em princípio, livre; mesmo se crê ter vendido seu trabalho e sua pessoa, ele dispõe de direitos, de capacidades, de poderes que minam a dominação absoluta do mundo da mercadoria sobre o mundo inteiro. Por essa brecha podem entrar os "valores" repelidos, o valor de uso, as relações de livre associação etc. Não é uma brecha ocasional; é mais e melhor; a contradição se instala no coração da coesão do capitalismo.

Embora a cidade planejada de Belo Horizonte tenha nascido na infância da República, em conformidade com a lógica do Estado e portadora de uma racionalidade geométrica e positivista, propugnando uma perspectiva rumo ao novo e ao progresso, delineando um movimento de constituição quase que autofágico, postula-se que a capital mineira, nos limites e nas contradições de sua formação pretensamente moderna, forjou também pelos seus interstícios práticas de uso e apropriação do espaço que sugerem a transformação da cidade, de uma condição de produto à de obra,

na perspectiva lefebvriana. Guardadas as devidas proporções em relação aos tempos atuais, postula-se que tais práticas, como se verá mais adiante, circunscrevem historicamente formas de uso no espaço da capital mineira, que ainda se mostram significativos na vida da cidade, conquanto estas formas estejam, em grande medida, desafiadas, constrangidas e redefinidas pelos vetores da valorização econômica do espaço. Estas práticas de uso e apropriação do espaço, e os investimentos simbólicos de que são portadoras inscrevem-se na urdidura e na trama mais ampla da cidade, que podem revelar tanto aspectos de certa resistência quanto de permanência face aos impactos da atuação do Estado, do capital e do mercado, organicamente articulados na produção e na conformação da cidade.

Gênese e vicissitudes sócio-espaciais da cidade "moderna" de Belo Horizonte

Belo Horizonte emerge num contexto histórico assinalado por acontecimentos e modificações importantes no Brasil, como atestam a Abolição da Escravatura; a Proclamação da República; os avanços na ciência e na técnica, com suas repercussões no desenvolvimento da indústria e das cidades; a imigração moderna etc. A cidade se ergue na infância da República simbolizando uma nova era, propugnando uma ruptura com o passado e uma aproximação identitária com o novo. O espírito republicano que aqui se estabeleceu representava a construção de uma perspectiva que se pretendia renovada à luz do conjunto de mudanças e transformações que marcavam estes tempos, num ambiente que explicitava alguns séculos de interdição de demandas sociais, que em larga medida foram reprimidas. Desse modo, tudo aquilo que conotasse arcaísmo e atraso deveria ser superado, desenraizando-se expressões, valores e referências do terreno sobre o qual se erigiu o edifício colonial-imperial.

A inauguração da cidade deu-se em 12 de dezembro de 1897¹ em virtude de uma exigência da constituição do Estado, sendo inicialmente denominada Cidade de Minas e, a partir de 1901, definitivamente nomeada de Belo Horizonte. Registre-se que ao longo da fase de construção da cidade e também por algum tempo depois, diversos nomes insultuosos foram lançados a ela em virtude de certas condições e situações que avultavam no seu espaço. Dentre eles o de Papudópolis, Cretinópolis e Bociópolis, em virtude da ocorrência de bóscio endêmico na região, problema que, na época, supostamente seria provocado pela água e pelo clima do lugar; Poeirópolis, pela ausência de pavimentação e cenário de obras diversas (como, por exemplo, de terraplanagem) inacabadas; Bandalheirópolis, por referência às transações de compra e venda e negociatas que se desenvolviam ao ritmo das construções da zona central da cidade. (IGLÉSIAS & PAULA, s/d: 11). Por ocasião de sua “apressada” inauguração, podia-se claramente observar obras inacabadas na sua paisagem, o que se explica, em grande medida, pela crise econômica que se abatia sobre o país e o Estado, impactando, o comércio e a indústria da construção civil, levando à paralisação de obras e à espera de recursos.

Na fase inicial de existência da cidade o ritmo de sua industrialização revelou-se aquém do esperado, permanecendo durante anos destituída de atividades econômicas de expressão, fato que atingiu enormemente os trabalhadores, que viveram o problema do desemprego bem como o de atraso nos seus vencimentos. A conjugação destes fatos imprimia à capital mineira uma atmosfera entediante, na qual a sensação era de um transcurso lento do tempo. Esta condição levou Carlos Drummond de Andrade a alcunhar-lha de Tediópolis, haja vista a atmosfera melancólica que recobria a incipiente cidade. Este traço também é destacado nas impressões que o escritor Monteiro Lobato aduziu a cidade nos seus primórdios, que mostravam uma expressiva

[...] escassez de gente pelas ruas larguíssimas, a cidade semiconstruída, quase que apenas desenhada o tijolo no chão, um prédio aqui e outro lá, tudo semifeito e a tudo envolve um pó finíssimo e finissimamente, irritante [...] Não havia povo nas ruas. Os passantes positivamente funcionários que subiam e desciam lentamente, a fingir de transeuntes. Transeuntes públicos. Daí o sono que dava aquilo. Uma semana passada lá deixava a impressão de meses. (LOBATO, 1947: 220-221)

Os princípios básicos que nortearam a confecção do plano urbanístico foram a salubridade, a comodidade e o embelezamento, pelos quais se procedeu à localização espacial dos equipamentos urbanos: cemitério, matadouro, lavanderia municipal, local para banhos públicos, incineradores de lixo, forno crematório etc. Pretendia-se, assim, suprimir as marcas que remetiam ao passado. Entretanto, segundo Ciro Flávio B. de Mello, a construção da capital mineira não se efetivou de modo a estabelecer uma oposição ou mesmo uma efetiva ruptura entre o moderno e o antigo (o velho, o tradicional), mas mais propriamente por “[...] uma recomposição do tempo histórico dentro de uma legitimação da justaposição tradição/futuro”. (1996. p.13). Vale dizer acerca disso, que este panorama sócio-espacial se enredava numa economia cujo teor mostrava-se incompatível com estritas medidas. Neste sentido, o que a caracterizava não era o equilíbrio, mas exatamente o contrário. (HARVEY, 1990).

Observando-se a estrutura e as características do plano da cidade, que originou um modelo de círculos concêntricos, pode-se constatar que ele estabeleceu uma forma de organização do espaço urbano nitidamente segregacionista, pela qual se instituiu uma explícita distinção entre ricos (funcionários públicos, comerciantes etc.) e pobres. O projeto estabeleceu, assim, que na zona urbana residiriam segmentos sociais mais abastados e elitizados, designados “superiores” e, na zona rural, frações sociais de baixa renda, os

"inferiores". Evidenciam-se, desse modo, diferenças significativas entre o padrão urbanístico da zona urbana e o da suburbana².

Esta conformação evidencia que Belo Horizonte emerge de forma a reproduzir o poder das elites, negando aos operários sua inserção no plano urbanístico da cidade. Vale lembrar que durante um bom tempo a capital mineira permaneceu destituída de autonomia política, sendo seus prefeitos indicados pelo governador do Estado, o que os submetia à tutela das oligarquias mineiras e seus interesses regionalmente distribuídos, o que demandava acordos políticos para lograr os ajustes necessários. Esta condição de subordinação reverbera negativamente no seu desenvolvimento, restringindo-o enormemente. Uma evidência desse problema é o déficit fiscal advindo da assimetria entre os custos de construção da cidade e a arrecadação tributária, cuja insuficiência provém das características e implicações territoriais do próprio plano, à medida que a periferação galopante da população empobrecida que ele induzia restringia a capacidade de arrecadação. Somem-se a isso os endividamentos contraindo para a construção e instalação da cidade e o problema adquire a sua mais exata dimensão. E, para além da marca segregacionista que o projeto revelava, ele também estabelecia uma profunda segmentação/classificação funcional do espaço (o que denota uma estratégia geopolítica para o controle e a gestão da cidade), com a definição prévia do perfil dos seus espaços, pela qual se indicavam as áreas residenciais, comerciais, de lazer, zona hospitalar, etc.

O Estado, nesse sentido, teve um papel fundamental no processo de uso e ocupação do espaço em Belo Horizonte, sobretudo na sua fase inicial de formação, à medida que ele era o principal proprietário dos terrenos e das edificações, constituindo-se, desse modo, no agente responsável pelas operações imobiliárias bem como pela própria especulação de terrenos que logo se instaurou na cidade, quando surgem pessoas interessadas em negociar com a

terra através de compra e venda de lotes. Isto deflagrou a formação de um futuro mercado imobiliário na cidade, voltado inicialmente mais para loteamentos do que para construção de casas para venda, o que se explica pela insuficiência do poder público em resolver o problema de acomodação da população, principalmente da força de trabalho especializada. O afluxo destes trabalhadores à cidade levou o governo do Estado a estimular a atuação da iniciativa privada na construção de casas para aluguel, com seus investimentos subsidiados pelo governo e efetivados com capital próprio e/ou por meio de empréstimos bancários. A regulamentação da venda de lotes serviu não apenas como estímulo à ocupação da nova cidade como também constituiu um instrumento de financiamento parcial de sua própria construção. Assim, há que se consignar que na perspectiva da produção do espaço urbano tal presença evidencia-se como um traço imanente à economia em curso.

A desapropriação de terrenos foi o instrumento utilizado pelo Estado para proporcionar um campo aberto à construção da capital nos domínios do antigo arraial, cujas modestas e irrisórias indenizações operaram como um interdito à manutenção da maioria de sua população na zona urbanizada em virtude da fixação de maiores preços para a terra neste setor, tornando elevados os preços dos aluguéis e dos imóveis, que alcançavam, aproximadamente, um valor absoluto médio três vezes maior que o das outras duas zonas. Ou seja, a definição pelo poder público da renda como critério de acesso a terra. Segue-se daí que a condição de diferenciação dos custos fundiários entre os três setores do plano engendrou a periferação dos segmentos de menor renda, que vão buscar refúgio em Venda Nova ou em habitações precárias (cafus e barracos) em setores periféricos da cidade, lugares em que os preços da terra eram mais baixos. Neste sentido, Flávio Villaça (1998: 200) observa que

[...] *o fato de a cidade ter sido obra do Estado e, em sua fase inicial, supostamente não ter sido obra do mercado, em nada alterou seu arranjo espacial, pois o Estado seguiu as tendências do mercado.*

Portanto, por iniciativa do poder estatal deu-se a instauração da terra-mercadoria, criando-se, assim, as condições pelas quais o valor de troca inicia seu movimento de afirmação/difusão espacial, redefinindo os usos do espaço à medida que este se insere progressivamente nos circuitos de valorização e de acumulação. Isso vale dizer que Belo Horizonte se ergue sob a condição de produto, o que comporta a mobilização econômica da propriedade da terra, proporcionada com a afirmação da propriedade privada.³ Impondo-se sobre o antigo arraial, a cidade convertida em produto funde-se solidamente com o moderno. Belo Horizonte só experimentalmente a condição de obra mais propriamente a partir dos anos 20, quando se entronizam mais claramente práticas de uso e apropriação social do seu espaço. Na obra do memorialista e escritor Pedro Nava há evidências e relatos auspiciosos acerca dessa conversão. Pode-se afirmar que Nava viveu na capital mineira os anos mais intensos de sua vida, tendo estabelecido com a cidade uma relação quase orgânica, fazendo do seu *espaço* um *lugar*, pela experiência, pela vivência, a partir das quais ele o conheceu tão bem, valorizando-o afetivamente: “Ruávamos quase o dia inteiro. Nossa vida era um ir e vir constante nas ruas de Belo Horizonte”. (NAVA, 2003: 287). Sua obra é profícua em relatos sócio-espaciais da vida cotidiana da cidade nestes tempos (anos 20), apresentando com riqueza de detalhes e com profundo senso de observação e prodigiosa capacidade descritiva, num estilo textual primoroso e exuberante, operações livres diversas que sugerem efetivas práticas de uso e apropriação de seu espaço. É possível identificar na sua “geografia” da cidade aspectos incisivos a que os situacionistas designam de deriva, isto é, uma forma de “comportamento experimental ligado às condições da sociedade urbana”, podendo também ser compreendida como “uma técnica

de passagem ativa através das ambiências variadas. Se diz também, mais particularmente, para designar a duração de um exercício contínuo desta experiência”. (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 1958: s/p). (tradução de Amélia Luisa Damiani).

À medida que o projeto da cidade-capital voltou-se essencialmente à construção do aparato administrativo do governo, acessível apenas a uma população específica, isto é, o funcionalismo público, excluiu-se dos seus objetivos a criação de espaços para a moradia e fixação dos trabalhadores da construção civil, negando-lhes, assim, o direito à cidade. Apenas nos primeiros anos de Belo Horizonte os segmentos populares, constituídos pelos candangos que trabalharam na construção da nova capital, foram admitidos provisoriamente na área urbana, isto é, dentro dos limites da Avenida do Contorno, onde se alojavam em habitações precárias, “ocupando favelas, barracões de obras de empreiteiras, alojamentos ou casas velhas do Arraial ainda não demolidas”. (VILLAÇA, 1998: 123).

Esta condição sugere, portanto, que a formação de Belo Horizonte não se inscreve apenas sob os marcos da modernidade, mas também, e contraditoriamente, sob os estigmas da segregação e da inserção sócio-espacial precária. Justifica-se aqui o uso de inserção sócio-espacial precária ao invés de exclusão uma vez que se parte do pressuposto de que os trabalhadores são necessários como força de trabalho barata ao processo de construção da cidade, sendo impróprio, neste sentido, o emprego do termo “exclusão”, como, aliás, frequentemente se observa. Trata-se mais propriamente de uma inserção precária ou mesmo de uma “inclusão perversa” ou marginal. (MARTINS, 2004).

Neste sentido, os operários eram encarados pela Comissão Construtora como população temporária, não consentida para permanecer e efetivar residência na nova cidade, considerados incapazes de se integrarem no contexto supostamente

progressista da nova capital. Assim, o alojamento destes trabalhadores fez-se, inicialmente, numa hospedaria provisória, com capacidade para apenas 200 pessoas, obviamente insuficiente para abrigar todo o contingente de mão-de-obra utilizado. Esta restrição precipitou a formação de moradias alternativas precárias, isto é, as cafuas e barracos que começaram a proliferar por setores diversos da cidade. Por isso, a prefeitura lançará mão de medidas visando à remoção destas submoradias⁴ tanto para a área suburbana como para determinados setores da zona urbana, espaços que nesta época apresentavam-se destituídos de infra-estruturas técnicas e sociais básicas. Desta condição resulta o fato de que dois anos antes da sua inauguração, em 1895, a cidade já apresentava duas áreas invadidas conformadas como favelas: a do Córrego do Leitão (lugar em que se localiza atualmente o bairro Barro Preto) e a do Alto da Estação (onde hoje está o bairro de Santa Tereza), espaços que também se traduziam como lugares de resistência popular ao plano imposto. E é assim que a área suburbana, que foi pensada pela comissão construtora para comportar chácaras e sítios capazes de produzir gêneros agrícolas para o abastecimento urbano, se transforma gradativamente em uma área de concentração de submoradias, cujos moradores encontravam-se à margem de direitos sociais básicos. Neste sentido, a política sanitário-higienista levada a cabo pelo Estado oculta uma razão inconfessa no âmbito das leis urbanísticas, uma vez que ela, para além da sua função expressa de combater o problema de saúde pública que então se configurava, servirá às pretensões e aos interesses imobiliários das camadas de maior renda, que encontram proteção e abrigo no aparelho do Estado. O higienismo era então invocado para justificar e legitimar ações de normatização e fiscalização sobre aquelas formas de uso e ocupação do espaço que eram qualificadas como "insalubres". O ideal higienista que o plano carregava, pelo qual se aspirava à instauração de uma cidade limpa e organizada, com abundância de recursos hídricos e ar puro, foi enormemente frustrado

na prática pela miopia das autoridades, ou ainda, mostrando-se como realmente era, isto é, uma ideologia. Neste sentido, à medida que pautaram suas políticas de planejamento em critérios estritamente mercadológicos, permitiram a degradação dos rios, a poluição do ar etc. pelas indústrias que, ao longo de décadas, foram se instalando na cidade e nas suas imediações, transformando ribeirões, a exemplo do que se deu com o Arrudas, em verdadeiros esgotos a céu aberto, justamente uma situação que o projeto original desejava evitar. A utopia da racionalidade e do traçado positivista sucumbindo à lógica e aos imperativos do capital.

A conformação deste panorama sócio-espacial desvela em relação ao plano inicial da cidade - que previa a sua ocupação e crescimento no sentido norte-sul a partir da área central -, uma total subversão/inversão expressa pela geografização da modulação restritiva e segregadora estabelecida pelo próprio plano, afirmando-se, desse modo, uma orientação de sua ocupação da periferia para o centro e no sentido leste-oeste, ou seja, o antiplano, assim como ocorreu com Brasília, com a expansão urbana realizando-se fora dos limites da área planejada. Por conseguinte, esta inversão/subversão do plano expõe, claramente, o descompasso e o conflito entre racionalidades distintas: a do plano (pragmática e instrumental) e a da sociedade, isto é:

[...] a racionalidade social não é semelhante à mecânica ou à matemática, que se inscrevem no campo do determinado a priori, da necessidade absoluta, e sim uma determinação que se abre ao indeterminado como possibilidade do novo, como necessidade em permanente tensão com a contingência. (VESENTINI, 1986: 16)

Dado que a implementação do plano não se deu sem resistências, depreende-se que ele não apenas foi confrontado e contrariado pelas camadas populares como, ademais, também o foi pela própria lógica do mercado que ele logo incorporou. Estes dois aspectos são fundamentais no entendimento da sua

subversão. O processo de estruturação sócio-espacial de Belo Horizonte revelava, assim, uma nítida assimetria entre as ações do Estado e as áreas periféricas, as quais, cada vez mais, acumulavam demandas de infra-estruturas técnicas e sociais não atendidas. Conformou-se, assim, uma dualidade sócio-espacial na cidade “moderna” emergente.

A disponibilidade de créditos e de financiamentos existentes na época, bem como a afluência de recursos para o mercado imobiliário, precipitadas pela crise do café, estimulou significativamente a proliferação de loteamentos destituídos de infra-estruturas, que eram designados como vilas. Este fato está na base da expansão periférica ocorrida em Belo Horizonte, concomitantemente à manutenção de um expressivo esvaziamento que ainda marcava a zona central da cidade. Saliente-se a enorme parcela de responsabilidade que coube ao poder público municipal na formação desse quadro, uma vez que ele, premido pelas conturbadas circunstâncias de se fazer da cidade uma efetiva capital, aprovou indiscriminada e polemicamente diversos projetos. Neste sentido, verifica-se que desde a inauguração da cidade ocorriam processos mal conduzidos e informais de concessão de lotes, de abertura de ruas e quarteirões, de modo a afetar tanto a organização espacial de bairros localizados fora dos limites da Avenida do Contorno como também comprometendo extensas áreas da zona urbana. No que tange principalmente à zona suburbana, o uso e a ocupação dos seus espaços davam-se à revelia de qualquer normatização, prevalecendo a utilização de critérios pessoais dos proprietários para o parcelamento de lotes e definição de ruas. Tais problemas, presumivelmente, vieram à tona com a elaboração da planta cadastral de 1920, o que precipitou a intervenção do poder público (inclusive do próprio governo estadual) de modo a conferir legalidade aos procedimentos utilizados, como, aliás, assim expressa a lei estadual de 15 de setembro de 1922. Esta lei estabelecia um conjunto de medidas voltadas essencial e pretensamente à salvaguarda do plano da cidade, do traçado de

ruas e praças, porém incluindo alterações no projeto original feitas pela própria Comissão Construtora, de forma a acompanhar o crescimento urbano. Na década de 30 já se podia claramente constatar as decorrências sócio-espaciais desse processo, à medida que para além dos 200 mil habitantes previstos no projeto inicial, que a cidade então já ultrapassara, havia ademais uma expressiva disponibilidade de lotes que poderiam comportar em torno de 500 mil pessoas, o que evidencia o dinamismo da especulação imobiliária na cidade. Este fato engendrou a aprovação do Decreto n.54, de 4/11/1935, segundo o qual os loteadores ficavam obrigados a dotar os lotes de obras de urbanização, normas que, no entanto, não atingiram os objetivos esperados, continuando a ter curso a abertura de novos e irregulares loteamentos periféricos. Desse modo, o processo de ocupação da cidade alcançou um ritmo para além do esperado, potencializando problemas já existentes, como, por exemplo, o da infra-estrutura de água, esgoto e energia, que se encontravam bastante sobrecarregadas, de modo a não suprir a demanda existente. A expansão urbana realizava-se em todas as direções.

De obra a produto: uso e apropriação social de espaço em Belo Horizonte

A transformação que se seguiu no antigo arraial assinalou a transfiguração da cidade da condição de *obra* à de *produto* (LEFEBVRE, 1991), condição/transformação proporcionada pela instauração da propriedade privada da terra. O que vale dizer da imposição progressiva e conflituosa da troca em relação ao uso, que se realiza na esteira da consolidação do modo de produção capitalista em decorrência dos avanços da industrialização/urbanização. Para Lefebvre, a primazia da produção da cidade como produto implica, entretanto, uma permanente situação de instabilidade na urbe, que açula ações reativas diversas pela qual o processo inverso pode se realizar, isto é, a conversão do produto em obra. Ainda que compelida pelo consumo,

esta comutação territorial opera-se pela apropriação (não pela propriedade), pois a própria condição do consumo implica na ocorrência de relações sociais - logo sócio-espaciais - pelas quais o uso no território pode ser suscitado, reemergindo, se não de forma ampla e explícita nos seus domínios territoriais, pelos seus interstícios, amalgamando-se em calçadas, esquinas, ruas estreitas, praças, campos de futebol, botequins, feiras livres, lugares de festas populares etc..

Desse modo, a apropriação opera uma efetiva atribuição simbólica aos espaços, necessária à própria reprodução da sociedade no universo relacional urbano. É por essa via que a forma instruída pelo plano pode adquirir ressignificação sócio-espacial, pois apropriada para atender necessidades não previstas e não contempladas e, como já se observou, muitas vezes negadas pelo próprio Estado. Conquanto as necessidades e o uso sejam condicionados e redefinidos substancialmente pela proeminente propagação do valor de troca, as verdadeiras e essenciais necessidades humanas não são banidas do espírito pelo movimento da aridez mercantil da troca, uma vez que se admite que o uso seja inerente à vida, estando esta orgânica e permanentemente vinculada ao espaço.⁵ Daí o uso inscrever-se nos lugares de vivência como virtualidade e também como expressão geograficamente exteriorizada. Daí a cidade em transformação não se consubstanciar como espaço consumado, uma vez que o valor de troca, no transcurso de sua realização, encerra, por suas próprias características, a inerência do inacabado. No permanente movimento conflituoso da troca em relação ao uso abre-se, todavia, a possibilidade da insurgência do uso (SEABRA, 1996: 71-86), não do valor de uso.

A análise empreendida não desconsidera as distorções sócio-espaciais que a urbe capitalista está sujeita, podendo-se destacar aquelas decorrentes dos processos de valorização diferencial do solo urbano e da sua mercantilização, pelos quais pode se engendrar a transformação da cidade em anticidade, ou

ainda, do urbano subtraído pelo despotismo do valor de troca. Vale dizer que esta valorização assim se objetiva uma vez que o trabalho se aloca e se acumula geograficamente de modo variável, havendo qualidades específicas no/dos lugares, quer sejam qualidades naturais quer aquelas incorporadas ao solo pelo trabalho. (MORAES & COSTA, 1987).

A subtração do urbano pelo valor de troca pode ser identificada, por exemplo, nas inúmeras intervenções do Estado na cidade, que carregam o sentido de um efetivo "topocídio" (BUENO, 1997: 42), à medida que representaram a supressão e/ou degradação de lugares, de formas arquitetônicas, escultóricas e pictóricas de reconhecida importância e representatividade na vida e na memória da cidade. Em Belo Horizonte, exemplos neste sentido poderiam ser apresentados à mão cheia, sendo diversos deles lugares que se conformaram nesta cidade como lugares de encontro e de expressiva valorização topofílica, que se tornaram referências espontâneas da sua memória urbana.

Destacamos aqui o caso do Café e Bar do Ponto, lugar tornado emblemático em virtude da significativa expressão que desfrutava no âmbito da vida cotidiana da cidade e, portanto, das relações sócio-espaciais atinentes ao plano do vivido. Referência importante na vida cotidiana de Belo Horizonte na época em que existiu, ele figurou na sua história sócio-espacial como um lugar *sui generis*, especial, que por suas especificidades desempenhou uma significativa função polarizadora na capital de Minas, concomitantemente ao fato de possuir um genuíno e irresistível poder de produção de relações e de imagens topofílicas. Fundado em 1907, pelos irmãos Felipe e Miguel Longo, localizado na esquina da gloriosa Rua da Bahia com a Avenida Afonso Pena, na região central da cidade, suas instalações ficavam num grande sobrado, que também abrigava o Hotel Globo (posteriormente chamado Palácio Hotel), a Sapataria Central e a Papelaria e Livraria Oliveira e Costa. O Bar do Ponto, como era mais

conhecido, existiu até o final dos anos 30, tendo sido fechado em 1940 e demolido em 1959, num terreno em que depois se implantou o Othon Hotel, um edifício de 25 andares (WERNECK, 1992; CHACHAM, 1994) existente até os dias de hoje. O cronista Djalma Andrade (1947: 44) reputa-se ao Bar como um lugar

[...] genuinamente popular. Centro terrível de maledicência, aí forjados boatos que, em minutos, circulavam por toda a cidade. A opinião do Bar do Ponto valia como opinião pública.

Por ele freqüentava uma gama variada de pessoas, sendo “ponto obrigatório” de esportistas, políticos, jornalistas, boêmios, “almofadinhas”, malandros etc.. Dentre os seus freqüentadores mais ilustres têm-se, entre outros, Pedro Nava, Otto Lara Resende, Ciro dos Anjos, Juscelino Kubitschek, Fernando Sabino, Carlos Drummond de Andrade.

O Bar do Ponto conformou-se como um espaço de interlocução aberta, um lugar onde se conversava. A memória em relação a este lugar expõe a existência de uma sociabilidade efetiva, realmente existente, não sendo, portanto, uma aparência enganosa, uma farsa. (CHACHAM, 1994). Para além de ter sido um destacado local de encontro e sociabilidade de segmentos sociais diversos, o “mitológico” Bar do Ponto tornou-se, também, referência toponímica na cidade, cuja denominação estendeu-se a toda sua região circundante.

O café chamado Bar do Ponto estava para Belo Horizonte como a Brahma para o Rio. Servia de referência. No Bar do Ponto. Em frente ao Bar do Ponto. Na esquina do Bar do Ponto. Encontros de amigos, encontros de obrigação. O nome acabou extrapolando, se estendendo, ultrapassando o estabelecimento, passando a designar o polígono formado pelo cruzamento de Afonso Pena com Bahia – local onde termina também a ladeira da rua dos Tupis. Enraizou-se tanto na toponímia da cidade que fez desaparecer, imaginem! o nome do Alferes – Praça Tiradentes – que figurava nos antigos mapas de Belo Horizonte. Além de usurpar a do Herói, a designação Bar do Ponto excedeu-se

psicologicamente e passou a compreender todo um pequeno bairro não oficial mas oficioso: o que se pode colocar dentro do círculo cujo centro seria o da praça e cujo raio cortasse a esquina de Goiás, um pouco de Goitacazes, o cruzamento de Tupis com Espírito Santo, que tornasse a Afonso Pena, descesse Tamoios, entrasse no Parque defronte ao início do Viaduto Santa Teresa e voltasse à origem depois de reincursionar na espinha dorsal de Afonso Pena. Dentro deste círculo, tudo é Bar do Ponto. (NAVA, 2003: 6)

Já dentre as formas urbanas remanescentes, merece destaque o Mercado Central da cidade, localizado no núcleo da área central da cidade, mais precisamente no movimentado quarteirão compreendido pelas ruas Curitiba, Goitacazes e Santa Catarina, e pelas Avenidas Augusto de Lima e Amazonas. Inaugurado em 7 de setembro de 1929, sofreu várias reformas. Este lugar para além de ser um espaço de trocas e relações comerciais, constitui um importante e consolidado ponto de encontros e sociabilidade na cidade, onde a prática regular do diálogo livre constituiu uma de suas características importantes.. Sendo cotidianamente apropriado, usado e vivenciado de forma socialmente compartilhada ele se conforma como um espaço público. Sua importância para a cidade pode ser atribuída menos à sua função econômico-comercial, e mais à sua função sócio-espacial de aglutinação e coesão intra-urbana, inserido num espaço metropolitano submetido a processos de fragmentação e reestruturação. A percepção e a própria representação deste lugar por muitos daqueles que o freqüentam e vivenciam é de um lugar “diferente” e “familiar”, ao mesmo passo que é considerado como um dos lugares mais queridos da cidade, no qual as diferenças parecem não se insinuar tanto no âmbito da atmosfera lúdica e de encontro que ele produz. Desse modo, para além de um espaço de trocas comerciais, o mercado central é genuinamente o espaço da festa, da sociabilidade, da alegria, do descanso, onde trabalho e lazer harmoniosamente se entrelaçam. Ele está

organicamente integrado à cultura sócio-espacial da urbe mineira, no qual práticas e formas de uso se desdobram como o uso do espaço, do tempo, do corpo; um *lócus* de aglutinação social, de proximidade e de interação.

Portanto, ele entabula uma forma de apropriação sócio-espacial que se realiza pela prática, não se reduzindo, neste caso, ao consumo estrito de símbolos pelo imaginário. Trata-se, assim, de uma territorialização do espaço decorrente de uma apropriação efetiva, concreta, cujas relações subjacentes estão bem demarcadas e evidenciadas, enredadas, concomitantemente, na razão e na emoção. Por conseguinte, o Mercado tornou-se um lugar de referência tanto do espaço mais imediato em que se encontra como - em função da expressão que adquiriu ao longo do tempo - da própria cidade, constituindo-se numa espécie de laboratório para a compreensão da diversidade das relações sociais, tanto à escala mais local como à da metrópole. Não sem razão é que Pierre Mayol, ao analisar o papel desempenhado por esta forma urbana (o mercado) na vida cotidiana da urbe, nos diz que "[...] nenhuma cidade, nenhum povoado pode prescindir dele. Ao mesmo tempo em que é um lugar de comércio, é um lugar de festa". (1997: 158).

Pois bem, a significância sócio-espacial destes lugares (Bar do Ponto, Mercado Central, entre outros) não se restringe à condição de meros realçadores por parte daqueles que os apropriam cotidianamente, dado que adquirem proeminência e visibilidade pelo fato de engendrarem seus próprios processos de significância sócio-espacial, pelos quais se conformam em cenários sócio-espaciais lúdicos e profícuos às trocas relacionais. É auspicioso o fato de eles produzirem suas próprias especificidades, suas próprias naturezas.

A condição que estes lugares encerram merece maior atenção, à medida que ela ganha proeminência no horizonte da esperança e das possibilidades da vida, sobretudo quando se observa o declínio da vida pública e o da dimensão humana da cidade. Por tais

especificidades aqueles lugares adquirem uma singularidade de sentido que os aproxima no âmbito da diversidade sócio-espacial metropolitana, à medida que, historicamente, se conformaram e se insinuam como espaços de identidade e de apropriação simbólica, efetivas células ou núcleos territoriais forjadores de identidades pessoais, aspectos válidos tanto para certas formas urbanas e construtos sócio-espaciais de épocas passadas não mais existentes, como também para certas expressões urbanas do presente.

O recrudescimento da polarização sócio-espacial: diferenciações aproximadas na urbanização metropolitana

A conformação sócio-espacial bastante desigual e segregacionista que marca o processo de formação de Belo Horizonte, mostrando-se, entre outros aspectos, pela ocupação nas encostas de morros, impulsionando o desenvolvimento de favelas, processo que se principia na cidade logo em seus primeiros tempos, com a segregação imposta aos trabalhadores da construção cidade. Conquanto o adensamento ilegal e clandestino nas encostas de morros em Belo Horizonte seja bastante conhecido, submetido a registros cartográficos, esta condição suscita a tese de que não haveria propriamente uma urbanização clandestina em Belo Horizonte, como de resto no Brasil e nos países não desenvolvidos, de maneira geral, posto que sua realização se dá com o conhecimento e a anuência do Estado, afora o fato dele estar na base da formação dessa urbanização precária, ou ainda sub-urbanização.

A expansão das favelas⁶ continua a ocorrer em ritmo elevado na capital mineira bem como nas demais cidades que compõem a Grande Belo Horizonte, a exemplo de Contagem, Betim, Santa Luzia, Sabará etc. No município de Belo Horizonte, a maior parte das favelas localiza-se na regional sul e leste da cidade, setores caracterizados por pronunciados contrastes sócio-espaciais,

também apresentando áreas de moradias de classe média alta e classe média. Isto reforça a idéia de uma periferação complexa e diversificada na capital mineira, a exemplo do que também ocorre em outros grandes centros urbanos do Brasil, tratando-se mais propriamente da constituição de várias periferias, compondo, assim, um efetivo mosaico, conquanto também sugira novos matizes à segregação sócio-espacial na metrópole. A nova configuração da segregação que ora se desenvolve, expõe, de modo geral, uma maior proximidade entre espaços da riqueza e espaços da pobreza, embora em determinadas cidades do Brasil esta proximidade já exista há algum tempo, como é o caso, por exemplo, da cidade do Rio de Janeiro. Um ingrediente relativamente novo nesta segregação refere-se a certo "fechamento" verificado em suas formas urbanas mais contrastantes, quais sejam os condomínios fechados (ou cercados) e as favelas sob o controle armado do narcotráfico.

A dinâmica concentracionista, que envolve a concentração social e espacial da riqueza, e que responde pela dispersão seletiva do investimento público e privado, conduzida pelo Estado - está no âmago do processo de constituição dessas formas espaciais, bastante representativas do estágio atual da evolução metropolitana no Brasil. Expressando-se como entidades praticamente autônomas, elas se proliferam por espaços diversos da grande cidade. De um lado, favelas e loteamentos periféricos pobres, formas urbanas associadas à "inclusão perversa" e que se configuram como guetos precariamente dotados ou mesmo desprovidos de infra-estruturas e serviços básicos, e, de outro, *shoppings centers* e condomínios. Entre estas os condomínios, indubitavelmente, têm experimentado ao longo das duas últimas décadas (1980-1990), um crescimento notável. Em Belo Horizonte eles têm sido construídos em setores diversos da cidade, quer sob a forma de loteamentos cercados na periferia, quer como verdadeiras fortificações residenciais na Zona Sul ou ainda como formas urbanas dotadas de maior complexidade e

diversidade, que se configuram como minicidades. Na região metropolitana de Belo Horizonte constata-se uma ocorrência maior deles, ao menos por enquanto, em municípios vizinhos à capital, como Nova Lima e Brumadinho. No universo dessa morfologia de enclaves, o condomínio vertical - uma espécie de edifício autista - é o que mais responde pela reconfiguração atual da paisagem urbana da cidade, embora os bolsões de pobreza e mesmo os *shoppings centers* tenham aumentado significativamente neste período.

Segue-se daí que esta conformação sócio-espacial mais polarizada entre espaços da pobreza sob o poder de narcotraficantes, de um lado, e os condomínios, de outro, não apenas é indicativa de uma nova tendência na urbanização brasileira, como também expõe a condição do espaço como nova raridade e, como tal, cada vez mais valorizado e apropriado por quem pode pagar por ele, como é o caso dos condomínios. A ampliada mercantilização da terra está no âmago dessa transformação do espaço como nova raridade, estrangendo a reprodução social de grandes parcelas da sociedade, perturbando e tensionando pela base a vida e a existência urbanas.

Palavras finais

O grande surto especulativo/imobiliário que se verifica na dinâmica evolutiva de Belo Horizonte, acolitado por uma substancial verticalização, conforma a reestruturação espacial da cidade, entabulando a redefinição e a redistribuição das diferentes formas de uso e ocupação do solo, fato que repercutiu e modificou tanto paisagens como usos do espaço. Como já se viu esta reestruturação contou com o aporte decisivo do Estado, principalmente a partir de 1976, quando se modifica o planejamento urbano do município face às alterações na Lei de Uso e Ocupação do Solo, evidenciando que o Estado não apenas atuou na ordenação do crescimento urbano como também na dotação de condições infra-estruturais e, ao fazê-los, proporcionou a

incorporação da renda fundiária pelo setor imobiliário privado.

As profundas transformações verificadas em Belo Horizonte expõem o real sentido que assume o espaço submetido aos desígnios do capital e do mercado - para muitos, sinônimo de modernidade e desenvolvimento - com os quais o Estado mantém estreitas relações, como bem se sabe, mas que nem sempre são suficientemente levadas em devida conta na compreensão da cidade (e do espaço) e suas feições contraditoriamente desiguais, potencialmente geradoras de conflitos e violências de variados matizes. Há, contudo, sinais de

resistência, talvez de esperanças, ainda que discretas, mas urge avançarmos estratégias e práticas de caráter mais autônomo na condução dos problemas da cidade, para além do horizonte estatista, conformando pelos interstícios da urbe formas de apropriação mais efetivas (para além das representações) e desejáveis à vida e à existência, calcadas, mais especificamente, em um anti-valor: no genuíno afeto entre as pessoas. Há que se pensar, entre outras coisas, para a consecução desse projeto social uma outra forma ou segmento da educação, uma educação política do espaço que seja portadora deste sentido.

Notas

¹ Embora a cidade tenha sido inaugurada oficialmente em 1897, a sua construção prolongou-se até meados da década de 1910, quando então a cidade esposava aos seus habitantes condições mais favoráveis ao desenvolvimento de uma vida de caráter mais urbano, embora socialmente estrangida pela crise econômica da Primeira Guerra Mundial e pelo endividamento do Estado. No ano de sua inauguração a cidade contava com uma população de aproximadamente 12 mil habitantes, quando se definem os seus primeiros conjuntos arquitetônico-urbanísticos, como, por exemplo, a Praça da Liberdade, expressando-se como um grande paço municipal, com a presença dos belíssimos prédios das secretarias de Estado e do Palácio do Governo; o Parque Municipal, que na época apresentava tamanho quatro vezes maior ao de hoje; a Praça da Estação; a rua da Bahia; a avenida Santos Dumont; a avenida Afonso Pena. Conquanto a cidade já apresentasse na década de 20 bens culturais e de lazer básicos de uma cidade moderna, a sua consolidação como capital dar-se-ia, contudo, mais propriamente a partir dos anos 30.

² Preservam-se aqui as designações utilizadas no próprio plano, embora se possa questionar, para além desta segmentação formal e oficial da cidade, a efetiva condição espacial da zona "suburbana" nestes tempos, cuja expressão *real* possivelmente pudesse ser considerada mais propriamente como rural.

³ Vale lembrar que a Lei de Terras no Brasil, que regulariza a propriedade da terra, bem como o fornecimento de

trabalho e de crédito que ela poderia mobilizar, data de 1850, o que, entre outras coisas, suplantou formas tradicionais de obtenção da terra, interditando a expansão do regime tradicional de propriedade territorial.

⁴ Entende-se aqui por *submórdia* toda e qualquer forma de habitação que revela no seu conjunto precariedade de condições infra-estruturais básicas e até mesmo a sua destituição, apresentando ausência de técnicas construtivas adequadas e uso de materiais de menor custo e qualidade inferior (de pouca durabilidade), revelando ainda cômodos mal dimensionados, má circulação, restrições de conforto térmico, de insolação, aeração e de estabilidade. Numa perspectiva legalista (ótica do Estado), os tipos de submoradia constituem, de modo geral, formas de inserção ilegal na cidade à medida que contrariam normas que regulam o uso e a ocupação do solo urbano. (BAGGIO, 1995).

⁵ Cumpre esclarecer que se emprega aqui a categoria espaço na perspectiva da noção lefebvriana, isto é, de que o espaço é uso do tempo, o que significa que o reconhecimento desta subversão implica na necessidade de pensar na dimensão temporal e na espacial concomitantemente.

⁶ Esclareça-se que o critério estabelecido pelo censo para o reconhecimento de uma área domiciliar caracterizada como favela é o de apresentar pelo menos 90% de domicílios favelados.

Bibliografia

- ANDRADE, Djalma. *História Alegre de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1947. (Comemoração do Cinquentenário de Belo Horizonte).
- BAGGIO, Ulysses da C. *A dinâmica das transformações sócio-espaciais das formas de submoradia no município de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1995. (Dissertação de Mestrado em Geografia).
- BUENO, Antônio S. *Visceras da memória*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.
- CHACHAM, Vera. *A Memória dos lugares em um tempo de demolições: a rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte das décadas de 30 e 40*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1994. (Dissertação de Mestrado em História).
- HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- IGLÉSIAS, Francisco & PAULA, João A. de. *Memória da economia da cidade de Belo Horizonte: BH 90 anos*. Belo Horizonte: BMG, s/d.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Paris, n.1, junho. 1958. (tradução de Amélia Luisa Damiani).
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LEMOS, Celina B. *Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1988. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Urbana).
- LOBATO, Monteiro. "Impressões de um paulista". In: *Revista social trabalhista*. Edição comemorativa do cinquentenário de BH, n.59, p.220-221, 12 de dezembro de 1947.
- MARTINS, José de S. Para compreender e temer a exclusão social. *Vida pastoral*, São Paulo, v.45, n.239, p.3-9, nov./dez. 2004.
- MELLO, Ciro F. B. de. "A noiva do trabalho: uma capital para a república". In: DUTRA, Eliana de F. (org.). *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p.11-47.
- MAYOL, Pierre. "O fim de semana". In: CERTEAU, Michel de et al. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1997. p.150-165.
- MORAES, Antônio C. R. & COSTA, Wanderley M. da. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1987.
- NAVA, Pedro. *Beira-mar*. São Paulo: Ateliê Editorial/Giordano, 2003.
- SEABRA, Odette C. de L. "A insurreição do uso". In: MARTINS, José de S. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 71-86.
- VESENTINI, José W. *A capital da geopolítica*. São Paulo: Ática, 1986.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 1998.
- WERNECK, Humberto. *O Desatino da rapaziada: jornalistas e escritores em Minas Gerais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Trabalho enviado em outubro de 2008

Trabalho aceito em dezembro de 2008

